



A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E O RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES RURAIS: O CASO DA SUZANO PAPEL E CELULOSE E DA VALE, NO ESTADO DO MARANHÃO, NORDESTE DO BRASIL

Raifran Abidimar de Castro^{1*}, Jondison Cardoso Rodrigues²

¹ Docente de Geografia do IFMA – Açailândia, e Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista do Programa PROQUALIS – IFMA.

² Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jondisoncardosorodrigues@gmail.com

* Autor para correspondência

Recebido em: 08/04/2016 – Aprovado em: 30/05/2016 – Publicado em: 20/06/2016
DOI: 10.18677/Encyclopedia_Biosfera_2016_138

RESUMO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é hoje um importante elemento político de legitimação social do *modus* econômico empresarial. No Brasil a RSC é também um componente no planejamento das empresas. Junto a isso o objetivo do estudo foi analisar criticamente como as empresas Suzano Papel e Celulose e a Vale vêm estabelecendo estratégias de RSC (e seu interesse), de relacionamento com as comunidades da Reserva Extrativista Ciriáco e do assentamento Francisco Romão, respectivamente, nos Municípios de Cidelândia e Açailândia, no Estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. A fim de alcançar os objetivos propostos para este estudo foram desenvolvidos alguns procedimentos de pesquisa: 1) levantamento de dados (pesquisa de campo), entre agosto de 2014 a outubro de 2015; 2) entrevistas com lideranças e populações do Assentamento Francisco Romão (50 entrevistas) e da Resex (14 entrevistas com as quebradeiras de coco); 3) entrevista com o departamento de comunicação social e de responsabilidade social das empresas (Suzano e Vale); 4) observações nas comunidades para identificar as ações, programas e planos (estratégias) das referidas empresas; 5) a análise da *home page* e dos “Relatórios de Sustentabilidade” das empresas. Percebeu-se que a relação da Vale com o Assentamento Francisco Romão com a criação de Programas sociais é conseguir a legitimação do *modus operandi* e evitar conflitos e paralisação de suas instalações. Já o relacionamento entre a Suzano e a Resex é buscar a antecipação de eventos conflituosos e dispersar um discurso, responsável e de importância da “eucaliptocultura”.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades, empresas, estratégias empresariais.

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND THE RELATIONSHIP WITH RURAL COMMUNI-TIES: THE CASE OF SUZANO PAPEL E CELULOSE AND VALE IN THE STATE OF MARANHÃO, NORTHEASTERN BRAZIL. BRAZIL

ABSTRACT

Corporate Social Responsibility (CSR) is today an important element of political social legitimization of modus economic enterprise. In Brazil the RSC is also a component in the planning of enterprises. Next to that the objective of the study was to critically analyze how companies Suzano Pulp and Paper and the Vale have been establishing strategies for RSC (and its interest), relationship with the communities of Ciriáco Extractivist Reserve (RESEX) and rural community Francisco Romão, respectively, in the municipalities of Cidelândia and Açaílândia, state of Maranhão, Northeast Brazil. In order to achieve the objectives proposed for this study were developed some research procedures: 1) survey data (field research), between august of 2014 to october 2015; 2) interviews with leaderships and benefit of rural community Francisco Romão (50 interviews) and of RESEX (14 interviews with the vandalism of coconut); 3) interview with the Department of social communication and social responsibility of enterprises (Suzano and Vale); 4) comments in the communities to identify the actions, programs and plans (strategies) of such firms; 5) The analysis of the home page and of "Sustainability Reports" of enterprises. It was noticed that the relationship of the Vale with rural community Francisco Romão with the creation of social programs is to achieve the legitimization of the modus operandi and avoid conflicts and paralysis of their premises. Already the relationship between Suzano and the RESEX is to fetch the anticipation of conflicting events and disperse a speech, responsible and importance of "defoliator".

KEYWORDS: Communities, businesses, business strategies.

INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é hoje um importante elemento político de legitimação das empresas, pois de forma geral é um mecanismo de regulação do mercado por meio do qual as responsabilidades são avaliadas e monitoradas (FILIPE et al., 2013). Além disso, a RSC das empresas seria uma forma destas apresentarem padrões éticos (práticas empresariais socialmente responsáveis), impactos positivos nas diversas áreas, como educação, o ambiente, desenvolvimento econômico, meio ambiente, direitos humanos, consumidores, empregados e comunidades locais (JANSSEN et al., 2015). As empresas do mundo todo, particularmente europeias e norte americanas vêm dedicando esforços e recursos às iniciativas de RSC, na expectativa de criar ou obter ganhos/valor compartilhado para si, o meio ambiente e a sociedade (FILIPE et al., 2013), legitimar-se perante a sociedade (VILLIERS & ALEXANDER, 2014) e buscar melhorias no desempenho social e financeiro (MEUR et al, 2013; SCHRÖDER, 2014. DAM & SCHOLTENS, 2015; BOSCH-BADIA et al., 2015;)

No Brasil, um dos mais importantes países emergentes no cenário internacional, não é uma exceção a isso; houve uma ampliação das empresas que "optam" por tais

práticas socialmente responsáveis (GALEGO-ALVAREZ et al., 2014; JANSSEN et al., 2015; AZEVEDO, 2016), como um objetivo-fim e componente imprescindível do bom andamento dos negócios das empresas. A ampliação no Brasil se expressou nos investimentos e na criação de políticas de RSC; um exemplo de tal crescimento é que em 2014 mais de 500 empresas relataram que realizam ações de RSC, seguindo diretrizes do Instituto Ethos (GALEGO-ALVAREZ et al., 2014).

Considerando a ampliação de políticas de RSC concernente às relações entre empresas internacionais e comunidades, ou mais especificamente nas relações entre empresas internacionais e comunidades rurais na Amazônia brasileira, o objetivo deste estudo foi analisar como as empresas Suzano Papel e Celulose e a mineradora Vale S/A vêm estabelecendo estratégias de RSC, de relacionamento com as comunidades da Reserva Extrativista Ciriáco e do assentamento Francisco Romão, respectivamente, nos municípios de Cidelândia e Açaílândia, no Estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. A relevância do estudo não está apenas em apresentar a ampliação de práticas RSC no Brasil ou particularmente no Nordeste do Brasil, isto é, os pontos fortes e fracos da RSC das empresas, mas mostrar os silêncios, as ações contraditórias, os interesses e estratégias de uso de programas de RSC desses dois grupos econômicos financeiros (Suzano Papel e Celulose e a Vale) em comunidades rurais.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado no estado do Maranhão, junto a duas empresas e duas comunidades rurais. Os “agentes” estudados neste artigo têm a seguinte localização: a empresa Suzano Papel e Celulose S/A tem a indústria localizada na zona rural do município de Imperatriz, tendo como referência a coordenada 5° 25' 4" S e 47° 34' 11" W. A Suzano Papel e Celulose S/A está a 35 quilômetros da comunidade da RESEX Ciriáco, cuja localização da RESEX na zona rural do município de Cidelândia, que tem como referência a coordenada 5° 18' 53" S e 47° 48' 35" W. A comunidade do assentamento Francisco Romão está localizada na zona rural do município de Açaílândia, nas proximidades da coordenada 4° 35' 09" S e 47° 10' 30" W, às margens da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ferrovia que liga a mina de ferro da empresa Vale, localizada no município de Parauapebas, Pará, ao Porto da Madeira, em São Luis, Maranhão. Esta comunidade localiza-se em torno de 50 quilômetros do “Pátio Ferroviário” da mineradora Vale S/A, na área urbana do município de Açaílândia, onde são sediadas as ações gerenciais da empresa na região, localizado nas proximidades da coordenada 4° 54' 58" S e 47° 24' 45" W. (Figura 1).

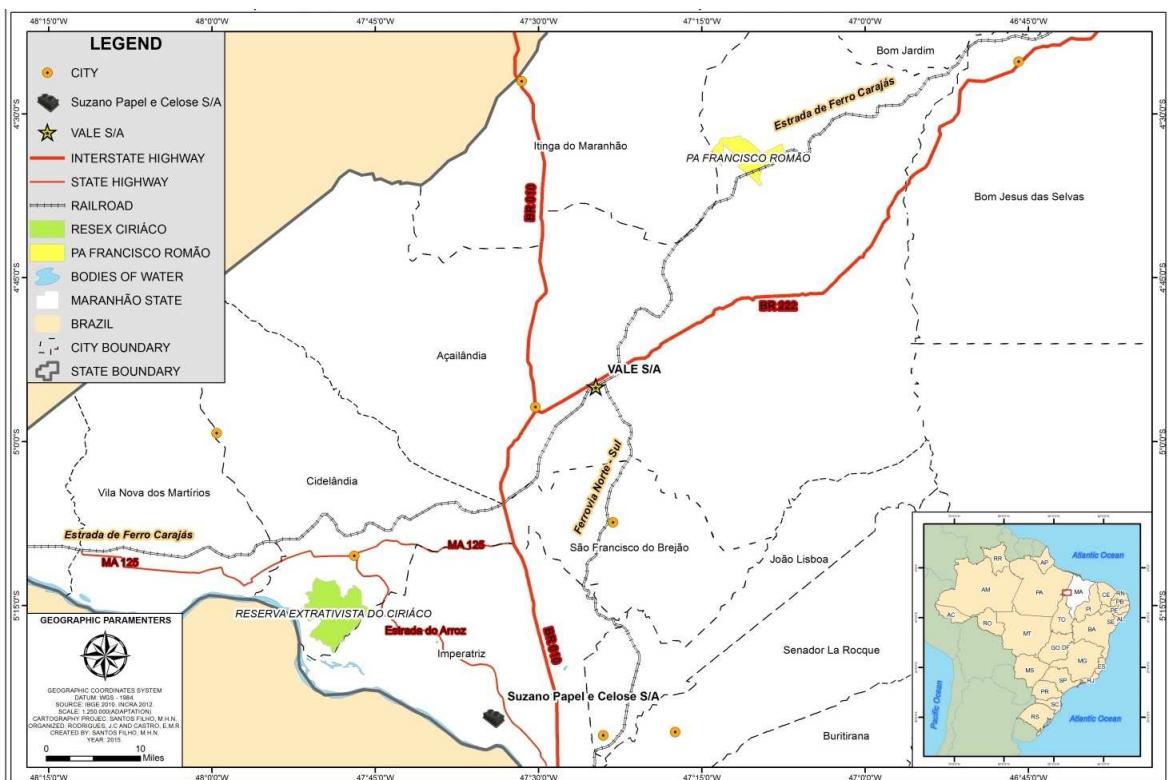


FIGURA 01. Mapa de Localização dos agentes que estão disputa: Reserva Extrativista do Ciriaco, Assentamento Francisco Romão, Vale e Suzano.

O levantamento de dados foi realizado entre agosto de 2014 a outubro de 2015. No Assentamento Francisco Romão foram 50 entrevistas semiestruturadas e na resex foram 14, com as quebradeiras de coco. Além de uma entrevista com o departamento de comunicação social e de responsabilidade social das empresas (Suzano e Vale). Foi realizada uma entrevista com uma liderança do assentamento e duas lideranças na resex. Além disso, foram realizadas observações assistemáticas nas comunidades para identificar as ações, programas e planos (estratégias) das referidas empresas. Complementou-se as fontes de análise (os dados), o uso e a análise da *home page* e dos “*Sustainability Reports*” das empresas do ano de 2006 até 2013 para a Suzano Papel e Celulose, e de 2006 até 2014 para a Vale, como forma de identificar os discursos de responsabilidade corporativa e seus objetivos.

A abordagem metodológica (o método) do artigo foi construída a partir do pressuposto de que a área empresarial é um “*Campo*” (BOURDIEU, 1998), isto é, seria algo similar a uma classe ou grupo mobilizado, um sistema autônomo, composto de um espaço plural de agentes, no entanto, com acepções linguísticas específicas e mecanismos genéricos (regras), cujas lógicas e ações são complexas e imersas ao jogo de interesse de um grupo.

Utilizou-se com isso o procedimento metodológico de caráter qualitativo para atingir de forma mais próxima o entendimento da complexidade de um fenômeno social (BOURDIEU et al., 1991). O estudo empregou a metodologia qualitativa, pois se desejava descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de

certas variáveis e compreender as dinâmicas e as estratégias de um determinado grupo social em profundidade.

Outra justificativa para a priorização da abordagem qualitativa foi o tratamento teórico-metodológico a partir da Sociologia de Pierre Bourdieu, da teoria da razão prática, cujas práticas e origens das ações estão imersas em um sistema de (disposições adquiridas) esquemas de percepção e apreciação que tende a reproduzir a lógica objetiva; reproduzido nas relações sociais objetivas, formando esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão (BOURDIEU, 1998). “Esquemas” que permitem traduzir a configuração do setor empresarial e das políticas de RSC, por meio da análise dos “agentes” principais que estão sendo abordados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As empresas Suzano e Vale têm vários programas de RSC como forma de aumento da reputação da empresa, um impacto social positivo (KOMODROMOS & MELANTHIOU, 2014). Entre os investimentos, certificações e ações realizados pelas empresas nos últimos anos, cabe destacar os citado no Quadro 01.

QUADRO 01. Planos, Programas Ações da Vale e da Suzano Papel e Celulose S.A – “Governança Externa” no Brasil.

Vale	Suzano Papel e Celulose
O Programa de Apoio à Geração e Incremento de Renda (AGIR) fomenta iniciativas de grupos e empreendedores locais.	Projeto Bibliotecas Comunitárias, que incentiva uma cultura de biblioteca e articula a criação de políticas públicas de leitura.
Programa de esporte Brasil Vale Ouro: atendeu, somente em 2014, 2.500 crianças em cinco estados no Brasil, com treinamento esportivo nas modalidades atletismo, judô, futebol e natação no contraturno escolar.	Campanha Eu Quero Minha Biblioteca. Criada em 2012, a campanha eu quero minha biblioteca nasceu com o intuito de universalizar bibliotecas em escolas e buscar a efetividade da lei 12.244/10, instituída em maio de 2010,
Programa Inove: é uma iniciativa de desenvolvimento de conteúdo local que apoia os fornecedores de cada região por meio de capacitação, apoio à concessão de empréstimos e incentivo à realização de negócios e competitividade.	Parque das Neblinas. Criar estratégias socioambientais de conservação da Mata Atlântica e inspirar a gestão de outras áreas naturais é o objetivo do Parque das Neblinas.
Planos de Relacionamento e Investimento Social com comunidades com populações tradicionais.	Programa Reservas Ecofuturo busca promover ações integradas que garantam a efetiva conservação das áreas com remanescentes de vegetação natural, contribuindo para a restauração da paisagem e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos.
Projeto Nos Trilhos do Desenvolvimento - busca promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades por meio de ações em saúde, geração de renda, educação e cultura. Para executá-lo, a Fundação Vale conta com a parceria do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) e da Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão.	Projeto Agricultura Comunitária, na região do baixo Parnaíba maranhense, foram criados campos comunitários de produção agrícola, onde são cultivados, de forma consorciada, arroz, milho, feijão e mandioca, intercalados com a criação de animais de pequeno porte e cultivo de hortaliças. Paralelamente, realizamos oficinas sobre cultivo consorciado e seleção de sementes.

As ações de solidariedade do Dia V, realizado anualmente, em várias localidades onde a Vale atua no Brasil..	Ainda no Maranhão, o Extrativismo Sustentável apoia as ações do Instituto Chico Mendes, como a construção e reforma de unidades de produção em duas reservas extrativistas da região.
	<ul style="list-style-type: none"> - Inventário Social, - Instrumento de Caracterização de Comunidades Tradicionais (ICCT).

Fonte: Páginas eletrônicas e relatórios das empresas. Elaborado pelos autores.

Essas ações são sistemas de regras e regularidades que estão no cerne do campo empresarial para comercialização e trocas econômicas para melhorar o capital simbólico (reconhecimento, saudações, elogios) (BOURDIEU, 2013) junto às comunidades, como forma de conseguir a legitimação do *modus operandi*, para mostrar suas ações como sustentáveis. Isso pode ser verificado nas *home page* e nos “Relatórios de Sustentabilidade” da Suzano Papel e Celulose e da Vale, nos quais os investimentos trariam uma visibilidade socioambiental positiva, principalmente junto: às populações urbanas-rurais, às instituições privadas parceiras, às instituições públicas fiscalizadoras, e também diante das organizações não governamentais internacionais. Essa visibilidade positiva resultaria numa melhor avaliação da empresa por todos os *stakeholders*, e gerando um efeito da RSC que seria a fidelidade à marca ou empresa, consequentemente aos seus produtos (HE & LAI, 2014).

Em síntese, o campo empresarial quando se ancora na RSC, mesmo possuindo diferentes iniciativas e processos que vão desde as atividades de voluntariado, gestão de fatores externos, gerenciamento de *stakeholders*, o alinhamento de responsabilidades sociais e econômicas (HAMIDU et al., 2015), estão na busca por “capital simbólico” como forma de impor a sua necessidade, o controle e a apropriação dos benefícios materiais e/ou produtos simbólicos (BOURDIEU, 2013). Portanto, o campo empresarial vai além do atendimento simultaneamente de compromissos legais e éticos que vinculam as empresas comerciais à sociedade (ALMEIDA & SOBRAL, 2010). Tal afirmação ancora-se na análise da *home page* e dos “Relatórios de Sustentabilidade”, e, principalmente a partir das entrevistas com representantes do setor de comunicação social da Suzano e da Vale.

A RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM AS COMUNIDADES – VALE S/A E ASS. FRANCISCO ROMÃO

A relação entre a comunidade do Assentamento Francisco Romão e a empresa Vale é pautada por processos conflituosos, a saber: (1) manifestações contra a duplicação da EFC (Estrada de Ferro de Carajás), como a realizada no dia 19 de janeiro de 2012; (2) disputas judiciais devido a danos nas casas dos moradores, indicados como causados pelo trânsito dos trens na EFC: desmoronamento de poços, poluição sonora, rachaduras nas casas, trepidação, perigo de incêndio devido às operações de esmerilhamento, processo de polimento dos trilhos que causa faísca, segundo informações dos moradores; (3) acidentes com animais silvestres, domésticos e de pecuária.

A partir de 2007, a Vale começou a compor as estratégias na relação com os moradores ao longo da EFC, sobretudo pelo fato da duplicação da ferrovia. Para isso, a

Vale, como forma de construir uma imagem de ‘*Mother Vale*’ (TUBINO et al., 2011), iniciou as ações de reconhecimento das lideranças do Francisco Romão e das comunidades circunvizinhas, além das formas de articulação destas. Isto através das visitas realizadas no assentamento. Essa aproximação se intensificou em 2009, quando representantes da Vale passaram a visitar a comunidade, fazendo levantamento das características socioeconômicas, e divulgando ações da obra de duplicação da ferrovia. Isso como uma produção de uma crença (BOURDIEU, 1977), ou buscando um corpo legitimatório (licença social), acerca dos aspectos positivos da duplicação da EFC, buscando com isso reduzir qualquer tipo de dissidência ou desaprovação da instalação ou da ampliação de projetos minerários (PARSONS et al., 2014).

Um elemento utilizado pela Vale, e que identifica-se como uma estratégia de reprodução e dominação (BOURDIEU, 2013), foi à contratação de moradores da região pela empresa construtora terceirizada Odebrecht, para execução dos trabalhos de construção civil na obra da duplicação, o que tornou positiva a relação até o momento em que os trabalhadores começaram a ser demitidos. A comunidade também cobra melhorias nas estradas vicinais, mas não há retorno, segundo a representante da comunidade Beatriz (nome fictício). Esta insatisfação somada à indignação com os impactos da duplicação da EFC, resultou em uma grande manifestação no dia 19 de janeiro de 2012, na linha da EFC.

A manifestação foi organizada para chamar a atenção da Vale para os problemas da comunidade. Também para mostrar que estamos acompanhando as ações da empresa nas proximidades dos assentamentos. Foi um dia muito tenso. Com a ajuda da Justiça nos Trilhos, do MST e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conseguimos apresentar nossas reivindicações. (Representante da comunidade, aqui denominada de Beatriz – nome fictício).

A manifestação se deu por meio da articulação das comunidades da região, os quais interditaram a estrada vicinal que dá acesso ao canteiro de obras da duplicação da EFC. Evento que teve repercussão nacional e que resultou numa reunião entre as comunidades e a empresa Vale na sede do assentamento Francisco Romão, com acompanhamento da “Rede Justiça nos Trilhos”. A principal demanda da comunidade continuou sendo a melhoria do acesso aos assentamentos e às áreas de plantio. O trabalho foi iniciado, mas segundo a comunidade não foi concluído. Segundo a empresa o que houve foi um erro no cálculo de horas de trabalho. O que também gerou uma relação conflituosa, pois a comunidade não permitiu a saída de duas máquinas de propriedade da Odebrecht da sede da comunidade. Nas duas situações, manifestação e retenção das máquinas, foram abertos processos na justiça pela empresa Vale contra as lideranças locais, ainda sem conclusão.

Apesar desses mecanismos legitimatórios, emergem lutas, que são resistências a uma ordem social (BOURDIEU, 1991a). Resistências por meio não somente de manifestação na estrada que dá acesso à EFC, mas também a partir da parceria com a “Rede Justiça nos Trilhos” para analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), onde são identificados pré-requisitos que segundo informações das lideranças das comunidades, podem não ter sido cumpridos, como o “Levantamento de Fauna” na área de impacto da duplicação EFC. Acionaram o Ministério Público Estadual (MPE) e o Ministério Público Federal (MPF).

O assentamento é uma área de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo a liderança do assentamento, tem sido complicado receber recursos do órgão, devido à demora no andamento nos processos de documentação do assentamento. Segundo a Representante da comunidade, Beatriz (nome fictício): “[...] a maioria dos problemas da comunidade tem relação com o pouco investimento do Estado na área.” Esta ainda destaca que “[...] as reivindicações apresentadas pela comunidade à Vale poderiam ser outras, se a estrutura básica do assentamento fosse mantida pelo governo”. Sobre isto a representante da Vale cita que entende que a maioria das demandas apresentadas pela comunidade não deveriam ser atendidas pela Vale, mas que a empresa “[...] não pressiona o INCRA, apenas orienta a comunidade a procurar o Estado”.

Devido à crescente ampliação do poder de articulação das comunidades, dos ganhos destas com o apoio do MPF, do MPE e da Prefeitura Municipal de Açaílândia, pelo menos até o ano de 2012, a Vale utilizou-se de contra-estratégias de relação com a comunidade, e decidiu por realizar reuniões com a participação de toda a comunidade, e não mais apenas com as lideranças. Além de dialogar com as comunidades individualmente, por assentamento separadamente, e não com todas juntas. O que fortaleceu a possibilidade de convencimento da empresa diante dos comunitários, em um jogo de conversão as lógicas específicas desse campo (BOURDIEU, 2013), isto é, a construção de um credo político para mudança social, para “conversão de grupos” a ideias desse sistema econômico, repleto de exigências contraditórias e dominantes (BOURDIEU, 2003).

Desde 2012 as demandas das comunidades são apresentadas à representante responsável pelo relacionamento com comunidades em Açaílândia. Esta repassa ao “Gerente de Relacionamento com Comunidades - GRC”, que encaminha ao “GRC Maranhão” sediado em São Luis. Por fim, se aprovadas, estas demandas são encaminhadas à “Diretoria de Relacionamento com Comunidades”. Não existe orçamento determinado para estas ações. Estas são executadas de acordo com avaliações de prioridade da equipe da Vale. O que significa que os investimentos no assentamento Francisco Romão são utilizados como forma de reduzir e “antecipar para desestruturar” os conflitos e consequentemente a visão negativa em relação à empresa, ou seja, não permitir a subversão da ordem (BOURDIEU, 1991a). Às empresas terceirizadas não é permitida a entrada neste processo de relação: “As empresas terceirizadas não podem estabelecer diálogo com as comunidades. Este trabalho é exclusivo dos funcionários da Vale para a área.” (Representante da Vale, aqui chamada de Bárbara – nome fictício).

Como tentativa de “conversão de grupos” do assentamento Francisco Romão, foi destinado em 2014 pela Vale um valor total de R\$ 286.983,00 para obras de perfuração de um poço artesiano e para a distribuição da água na agrovila. Este projeto foi concluído, mas ainda não inaugurado. A execução destas obras reduziu a relação conflituosa entre estes dois agentes. Com isso a Vale classificou a comunidade do Assentamento Francisco Romão como “em atenção” e não mais como “crítica” a conflitos. Essa categorização “em atenção” faz-se ainda por meio de monitoramento pela Vale, confirmado em entrevistas com representantes da empresa. Estes enfatizam que todas as ações seguem o “Guia de Relacionamento com Comunidades” e o “Guia de Direitos Humanos”, na qual se expressam em fases: “Após diversos momentos de

conflictos com a comunidade, estamos numa fase de diálogo e de investimentos no assentamento." (Representante da Vale, aqui chamada de Bárbara – nome fictício).

A relação da empresa com a comunidade – Suzano Papel e Celulose e a RESEX Ciriáco - desde as primeiras especulações sobre a possibilidade de instalação de uma fábrica da Suzano Papel e Celulose S/A no município de Imperatriz, no oeste maranhense, duas vertentes simbólicas estão sendo produzidas e circuladas como ideologias dominantes (BOURDIEU & WACQUAN, 2013) na região: de um lado os representantes do poder executivo municipal considerando positiva a vinda da empresa, obviamente visando dominação política (BOURDIEU, 2011); na outra vertente os movimentos sociais e ambientalistas, preocupados com os impactos do empreendimento no ambiente e na sociedade local.

Como toda grande empresa multinacional, a Suzano Papel e Celulose S/A, já imaginava que suas práticas econômicas seriam questionadas, pois se pautam na mobilidade espacial do grande capital, no ímpeto incontrolável da acumulação do capital (PERPETUA & THOMAZ JUNIOR, 2013) por via plantio de Eucalipto e produção de papel e celulose. Assim, a sua estratégia pauta-se em diversos dispositivos que visam favorecer uma relação mais "harmoniosa" (PORRO & NETO, 2014) com as comunidades, como um "Programa de Comunicação Social" continuado. Para isso a empresa fez o levantamento dos possíveis problemas de relacionamento e iniciou um trabalho de levantamento das comunidades que estariam sob a Área de Influência Direta (AID) e também sob a Área de Influência Indireta (AII), tanto do projeto industrial como do projeto florestal. É importante citar que os representantes da empresa consideram que a RESEX Ciriáco não faz parte de nenhuma destas áreas de influência. A relação com esta comunidade é fruto de demandas do MPF e do ICMBio.

É importante citar que a atual gerente socioambiental da empresa (chamada aqui de Solange – nome fictício), foi diretora da RESEX Ciriáco entre os anos de 2003 e 2005, o que ampliou a possibilidade da empresa de obter significativos resultados positivos desta relação, que seria um excelente porta-voz, pois traria maior eficácia simbólica do discurso e da comunicação, e maior força de adesão coletiva (BOURDIEU, 1975). É importante citar que em pesquisa de campo com as quebradeiras de coco que participam dos projetos frutos da parceria com a Suzano, há um sentimento de confiança com relação a esta funcionária da empresa, pois seria a Solange o "grupo representado", simbolizado (BOURDIEU, 1984).

Em 2009 a Suzano começou a fazer visitas, apresentações e reuniões sistemáticas nas comunidades, destacando os benefícios que poderiam ser obtidos por estas com instalação da empresa, como a geração de empregos e os investimentos sociais a serem realizados. A aproximação deu-se por meio de um estranhamento, pois se pautavam em projetos de monocultura, e a comunidade visa estabelecer atividades extrativistas. No mesmo ano uma reunião foi organizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atual responsável do Estado pela área da RESEX Ciriáco, e também por representantes da empresa. O objetivo foi apresentar uma proposta de abertura de diálogo com a Suzano. A comunidade demonstrou-se extremamente receosa com este estreitamento de relação, sobretudo, por parte do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Esse tensionamento tem relação com um seminário promovido em dezembro de 2010 pelo MIQCB, que discutiu suposta aquisição de terras desde 2008, pela Suzano.

Segundo PORRO & NETO (2014), neste seminário várias lideranças da comunidade denunciaram a coerção realizada junto aos pequenos produtores, atrás da aquisição de terras pela Suzano, e ameaças ao modo de vida tradicional e ao território. Como resultado desse seminário, em 2010, a Suzano aproximou-se do MIQCB para melhorar a relação, começando então a dispersar um discurso responsável e comprometido com as necessidades das comunidades. Através das análises em campo, constatou-se que a Suzano contratou profissionais que tiveram histórico de relacionamento com organizações populares e comunidades tradicionais.

Antes de serem contratados pela empresa Suzano, estes representantes tinham ligação com movimentos sociais do campo e da cidade, além de serem conhecidos por diversas quebradeiras de coco, como citado nas entrevistas. Contudo, mulheres do MIQCB ficaram “desapontadas”, questionando a ordem social que estavam por trás desses “profissionais”, porque foram contratados para melhorar a relação entre as comunidades tradicionais e a empresa (PORRO & NETO, 2014), ou seja, buscavam a formulação estruturada de um verdadeiro processo de construção de um sistema de códigos, discursos e práticas (*habitus*) (BOURDIEU, 1986) alinhados a lógicas empresariais da Suzano. Isso contribuiu para que a Suzano avançasse no processo de cercamentos sobre os territórios de comunidades tradicionais. No caso da RESEX Ciriáco, a estratégia foi muito semelhante, pois o primeiro investimento da Suzano foi à construção da “Unidade de Beneficiamento de Babaçu – UBB”, além de patrocínios de camisetas distribuídas para os conselheiros da RESEX.

Apesar de haver resistências com relação às práticas da empresa; a construção é apresentada pelas quebradeiras como um grande benefício realizado pela Suzano, mesmo citando que se trata de “uma fábrica de óleo”, “um galpão” ou apenas como “prédio construído pela empresa”. Esta construção tornou-se um símbolo positivo de apoio da empresa à comunidade, especificamente às quebradeiras de coco. Tornou-se símbolo de poder (assim como vestimenta, cetro), uma estrutura do campo onde se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 1991b). A reprodução da crença é sinalizada nos seguintes discursos dos moradores da RESEX Ciriáco (das quebradeiras de coco - ao serem perguntadas sobre as ações da empresa na comunidade):

Fez algo de muito valor. Financiou o material, financiou máquina, financiou pedreiros. Sem a ajuda dela nós não conseguia trabalhar (Quebradeira, aqui denominada de Betânia Silva – nome fictício).

Ela nos deu um prédio. Nos deu uma máquina. Sempre está na comunidade dando uma força. (Quebradeira, aqui denominada de Betânia Sousa - nome fictício).

Deu a máquina. Se nós se interessar vai gerar emprego (Quebradeira de coco, aqui denominada de Betânia Santos).

De acordo com informações de representantes do ICMBio, o projeto da Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB) foi elaborado numa parceria entre servidores do ICMBio e representantes da Suzano, além da contribuição de pessoas da Ciriáco. Segundo a diretora da RESEX, este esforço foi realizado no intuito de adaptar um projeto de construção de uma UBB já existente, e que foi elaborado pelas lideranças da comunidade, mas que tinha orçamento previsto em torno dos 300 mil reais; valor elevado devido ao alto custo do projeto em si. Com a aprovação deste segundo projeto, foi repassado pela Suzano o valor de R\$18.000,00 reais para a comunidade pagar os

trabalhadores na construção da UBB, além de todo o material de construção necessário, segundo dados disponibilizados por representantes do ICMBio.

Umas das estratégias implantadas pela empresa, e que merece destaque é a formulação e instalação do “Conselho de Desenvolvimento Comunitário – CDC”, que segundo a representante da empresa foi apresentado à comunidade pela equipe. Segundo Solange (nome fictício), este conselho foi proposto pela Suzano ainda na época das oitivas propostas pelo MPF. As oitivas são reuniões realizadas com o objetivo de ouvir algumas pessoas, a partir de uma demanda de um órgão jurídico. Neste caso uma demanda do MPF de Imperatriz à empresa Suzano. A comunidade da RESEX Ciriáco possui duas representantes neste conselho. Esta cita ainda que o conselho é gerido pelas quebradeiras, cabendo a Suzano apenas mobilizar e fomentar as ações deste.

Todo o processo é acompanhado por “Analistas Ambientais e Sociais – AAS”, pela “Coordenação de Responsabilidade Social”, e pela “Gerência Socioambiental”. Identificou-se com as análises em campo e com as entrevistas, que estes departamentos da Suzano são responsáveis pela ação ideológica como serviço (BOURDIEU, 1984). Tem-se ainda que os recursos investidos pela Suzano são apresentados como resultados das demandas das comunidades. A representante da empresa (Solange, nome fictício) cita que os valores investidos na Ciriáco são pequenos, contudo esta avalia o resultado como positivo, pois resultaram numa relação mais positiva com as quebradeiras de coco. É importante citar que as quebradeiras mais próximas do MIQCB não participam das ações que envolvem a empresa, como citado pelos representantes das quebradeiras de coco nas entrevistas. Em síntese as atividades empresariais da Suzano ainda ancoram-se nas perspectivas das empresas de eucalipto (desse campo) concernente ao relacionamento empresa-comunidade.

CONCLUSÃO

As empresas: Vale e Suzano Papel e Celulose têm se destacado nacionalmente e internacionalmente pelas ações de RSC. Contudo, apesar dos Relatórios de Sustentabilidade apresentarem resultados positivos, na pesquisa em campo não há dados concretos que os confirmem, considerando as duas comunidades analisadas. No caso da empresa Vale, percebe-se que esta implanta mecanismos de RSC para reduzir relações conflituosas e evitar a paralisação de suas instalações pela comunidade do assentamento Francisco Romão. Isto tendo em vista que os comunitários já demonstraram capacidade de articulação, dentro e fora do seu território. Para a empresa Suzano o mecanismo é diferenciado quando se trata da RESEX Ciriáco. A ligação entre uma pessoa que já representou a RESEX com a empresa possibilitou a redução da imagem negativa da Suzano. Com isso se tem o efeito de antecipação de possíveis eventos conflituosos entre estes agentes, pois a comunidade tem uma avaliação positiva deste representante da empresa. As ações de RSC desta empresa voltam-se, sobretudo para a prevenção de conflitos.

Este artigo demonstra que apesar de participarem de órgãos internacionais de RSC, e de se tornarem exemplos positivos de RSC no Brasil, as empresas Suzano e Vale atuam nestas duas comunidades da Amazônia maranhense de forma totalmente diferenciada. O ponto de convergência está na busca de implantação de estratégias de relacionamento que tragam visibilidade positiva, reduzindo os riscos de ampliação da

avaliação negativa e antecipação da crítica (neutralidade da crítica) da empresa junto aos movimentos extrativistas, no primeiro caso, e de conflitos jurídicos no segundo caso. Assim a RSC das duas empresas vai além de uma filantropia instrumental, ancora-se no discurso prático político de “mudança”, como forma de distinguir do velho conservadorismo, realizar a “manutenção da ordem” e humanizar o sistema capitalista. Esse estudo aponta para futuras pesquisas, por exemplo, essas ações de RSC realizadas pela Suzano e Vale foram capazes de quebrar laços sociais e políticos dentro e entre as lideranças e populações do Assentamento Francisco e da Resex Ciriaco, se sim, quais foram.

AGRADECIMENTOS

Ao NAEA – UFPA

Ao Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do IFMA (PROQUALIS – IFMA) pela Bolsa ao primeiro autor do artigo.
A CNPQ pela Bolsa de Doutorado ao segundo autor do artigo

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.; SOBRAL, F. The Social Commitment of Brazilian Managers: the concept, a scale, and an empirical study of corporate social responsibility. **Latin American Business Review**, v. 11, n. 4, p. 293-316, 2010. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10978526.2010.536497>>. DOI: 10.1080/10978526.2010.536497.

AZEVEDO, J. B.; ENDE, M. V.; WITTMANN, M. L. Responsabilidade social e a imagem corporativa: o caso de uma empresa de marca global. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 9, n. 1, 95-117, 2016. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/3142>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/reen.v9e1201695-117>

BOSCH-BADIA, M.-T; MONTLLOR-SERRATS, J.; TARRAZON-RODON, M. A. Corporate Social Responsibility: A Real Options Approach to the Challenge of Financial Sustainability. **PLoS ONE**, v.10, n.5, p.1-37, 2015. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0125972>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0125972>

BOURDIEU, P. Le langage autorisé. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.1, n.5-6, p.183-190, 1975.

BOURDIEU, P. La production de la croyance - contribution à une économie des biens symboliques. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.13, p.3-43, 1977.

BOURDIEU, P. La délégation et le félichisme politique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.52-53, p.49-55, 1984.

BOURDIEU, P. Habitus, code et codification. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.64, p.40-44, 1986.

BOURDIEU, P. L'ordre des choses. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.90, p.7-19, 1991a.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Harvard University Press, 1991b.

BOURDIEU, P. **Practical reasons - on the theory of action**. California: Stanford University Press, 1998.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. (Tradução de Sérgio Miceli). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. La fabrique de l'habitus économique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.5 n.150, p.79-90, 2003.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, n.96, p.105-115, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON; PASSERON, J. C. **Craft of Sociology**: epistemological preliminaries. New York: de Gruyter, 1991.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. Symbolic capital and social classes. **Journal of Classical Sociology**, v.13, n.2, p.292-302, 2013. Disponível em: <<http://jcs.sagepub.com/content/13/2/292>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1468795x12468736>

DAM, L.; SCHOLTENS, B. Toward a theory of responsible investing: on the economic foundations of corporate social responsibility. **Resource and Energy Economics**, v.41, n.1, p.103-121, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0928765515000342>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.reseneeco.2015.04.008>

FILIPE, J. A.; COELHO, M. P.; FERREIRA, M. AM. MUTHARASU, S. A.; FIGUEIREDO, I.C.; YORDANOVA, D. Corporate Social Responsibility: na International Study The Case of CGD (Portugal), Vale (Brazil), TechnoLogica (Bulgaria) and Indian Oil (India). **International Journal of Latest Trends in Finance & Economic Sciences**, v. 3, n. 1, p. 422-439, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/5590>.

GALEGO-ALVAREZ, I.; FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. P. Corporate social responsibility practices at brazilian firms. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 1, p. 12-27, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902014000100003&lng=en&nrm=iso&tlang=en>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020140103>

HAMIDU, A. A.; HARON, H. M.; AMRAN, A. Corporate Social Responsibility: a review on definitions, core characteristics and theoretical perspectives. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 6, n. 4, p. 83-95, 2015. Disponível em: <<http://www.mcser.org/journal/index.php/mjss/article/view/6905>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n4p83>

HE, Y.; LAI, K. K. The effect of corporate social responsibility on brand loyalty: the mediating role of brand image. **Total Quality Management & Business Excellence**, v. 25, n. 3-4, p.249-263, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14783363.2012.661138>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14783363.2012.661138>

JANSSEN, C.; SEM, S.; BHATTACHARYA, C. B. Corporate crises in the age of corporate social responsibility. **Business Horizons**, v. 58, p.183-192, 2015. Disponível em : <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681314001578>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.bushor.2014.11.002>

KOMODROMOS, M.; MELANTHIOU, Y. Corporate reputation through strategic corporate social responsibility: insights from service industry companies. **Journal of Promotion Management**, v. 20, n. 4, p. 470-480, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10496491.2014.930284?journalCode=wjpm20>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/10496491.2014.930284>

MEUR, P.-Y.; HOROWITZ, L. S.; MENNESSON, T. "Horizontal" and "vertical" diffusion: The cumulative influence of Impact and Benefit Agreements (IBAs) on mining policy-production in New Caledonia. **Resources Policy**, v. 38, n. 4, p. 648-656, 2013. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030142071300010X>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.02.004>

PARSONS, R; LACEY, J.; MOFFAT, K. Maintaining legitimacy of a contested practice: How the minerals industry understands its 'social licence to operate'. **Resources Policy**, v. 41, p. 83-90, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301420714000336>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.resourpol.2014.04.002>

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica geográfica da mobilidade do capital na produção de celulose e papel em Três Lagoas (MS). **Revista da ANPEGE**, v. 9, n.

12, p. 55-69, 2013. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/296/RA12Txt04>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5418/ra2013.0912.0004>

PORRO, N. M.; NETO, J. S. Coercive harmony in land acquisition: the gendered impact of corporate “responsibility” in the Brazilian Amazon. **Feminist Economics**, v. 20, n. 1, p. 227-248, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13545701.2013.876507#.Vu29N9lrLI>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2013.876507>

SCHRÖDER, M. Financial effects of corporate social responsibility: a literature review. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, v. 4, n. 4, p. 337-350, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/20430795.2014.971096?journalCode=tsfi20#.V1WpgzUrLIU>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/20430795.2014.971096>

TUBINO, D. I. S.; YAP, NONITA T.; DEVLIN, J. F. Vale and its corporate sustainability performance in Itabira, Brazil: is the glass half full or half empty?. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 29, n. 2, p. 151-157, 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3152/146155111X12913679730638>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.3152/146155111x12913679730638>

VILLIERS, C.; ALEXANDER, D. The institutionalisation of corporate social responsibility reporting. **The British Accounting Review**, v. 46, p. 198-212, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0890838914000274>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2014.03.001>